

**DESPACHO DE INADMISSIBILIDADE DE CONSULTA**

Processo nº 201803048-00

Classe: Consulta

Consulente: IGETC – GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA

Representante: Marcela Dias Costa de Castro Silva (OAB-MG 119.026)

Instrução: Diretoria Jurídica – DIJUR

Exercício: 2018

Tratam os autos de Consulta (fls. 01/03), protocolada em 03.04.18, pela empresa IGETC – GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA, subscrita pela advogada Marcela Dias Costa de Castro Silva, sem juntada de poderes nos autos, com arrimo no Art. 298 e seguintes, do RITCM-PA, objetivando a manifestação deste TCM-PA, em caso concreto, vinculado a específica situação, alegadamente existente, no âmbito do Estado de Minas Gerais e, por conseguinte, dos respectivos entes municipais, quanto a sistema emissor e armazenamento de dados relativos à Nota Fiscal Eletrônica.

Cumprando-me destacar, por oportuno, que não foram carreados a petição protocolada neste TCM-PA, qualquer documentação relativa a constituição da referida empresa e, tampouco, qualquer documento comprobatório da representatividade da nomeada advogada, para atuar em nome desta.

Em razão da não vinculação do consulente à Poder Público Municipal do Estado do Pará, afastando, portanto, a prevenção jurisdicional dos demais Conselheiros deste TCM-PA, nos termos do §1º, do Art. 300, do RITCM-PA, os autos seguiram à Presidência, para exame preliminar de admissibilidade, razão pela qual, nos termos do §4º, do mesmo dispositivo regimental, determinei a remessa e manifestação da Diretoria Jurídica, em 05.04.18, a qual devidamente consignada aos autos, conforme despacho à fl. 07.

**1. DA LEGITIMIDADE:**

Para consignação do juízo de admissibilidade da proposição consultiva assentada aos presentes autos, torna-se necessário o rigoroso exara das condições de formais e materiais estabelecidas pela Lei Complementar n.º 109/2016 (Lei Orgânica do TCM-PA), dentre os quais, consigna-se a legitimidade para formulação de Consulta, perante o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, preservada sua esfera jurisdicional, conforme

consta do rol consignado pelo Art. 299, do RITCM-PA.

No caso em tela, verifica-se que o Consulente, não está entre os legitimados para formular Consulta perante esta Corte de Contas, não havendo assim a possibilidade de admissibilidade para resposta por parte deste TCM/PA.

**2. DO MÉRITO:**

Inobstante a impossibilidade legal e, por conseguinte, regimental de admissibilidade e processamento da consulta formulada, junto aos presentes autos, destaco que a matéria submetida ao TCM-PA, conforme detalhamento constante às fls. 01 e 03, encerra questionamentos de legalidade e aplicação de regras de direito, atrelados a situação fática havida, em tese, no Estado de Minas Gerais, os quais, in totum, estranhos a competência fiscalizatória e jurisdicional deste Tribunal de Contas.

Tais considerações reforçam a impossibilidade de conhecimento da vertente consulta, a teor do previsto no Art. 298, Inciso IV, do RITCM-PA, o qual assenta como requisito de admissibilidade da consulta, que a mesma enfrente “matéria de competência do Tribunal de Contas”.

**3. DA CONCLUSÃO:**

Por todo exposto, INADMITO o presente CONSULTA, formulada pela Empresa. IGETC – GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA, em razão da ilegitimidade de parte (Art. 298, Inciso I, do RITCM-PA) e dada a incompetência do Tribunal de Contas, para apreciação da matéria consignada (Art. 298, Inciso IV, do RITCM-PA).

Determino, assim, a remessa dos presentes autos, à Secretaria Geral, para comunicação do interessado por meio de ofício e, ainda, através da competente publicação desta decisão, na forma legal e regimental, junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA.

Belém-PA, em 05 de abril de 2018.

Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**

Presidente TCM-PA

**DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE****DE RECURSO ORDINÁRIO**

~~(Art. 81, da LC n.º 109/2016 c/c Art. 261, §§ 1º e 2º, RITCM-PA)~~

~~Processo nº 201802305-00~~

~~Classe: Recurso Ordinário~~